

Apresentação

Pós-graduação em educação: temas e controvérsias

Um dossiê, no mais das vezes, surge de maneira mais ou menos informal, fruto de encontros às vezes inesperados entre colegas da academia. Não foi assim neste caso. Os organizadores do dossiê “Pós-graduação em educação: temas e controvérsias” fazem parte de um mesmo grupo de pesquisa do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e há tempos voltam sua atenção – e preocupação – para esta temática. Nesse percurso, contatos, co-autorias, orientações, participação em eventos no país e no exterior, agregaram os nomes que compõem o conjunto de trabalhos que ora apresentamos.

O momento da publicação do dossiê não é casual. Estamos há quase uma década da implementação do modelo de avaliação introduzido pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) em 1998. Não foram poucos nem de pouca monta seus impactos na pós-graduação brasileira. Os Programas e os neles envolvidos, ao longo desses anos, desenvolveram uma consciência e uma crítica qualificada acerca do processo avaliativo. Como assinala Moraes (2002, p. 202), “ao aprofundarem a análise dos requisitos exigidos, os programas, em sua maioria, apropriaram-se do paradigma, analisaram-no com mais coerência e, nos limites consentidos, aprenderam a manipulá-lo a seu favor.” Ademais, observou-se um acúmulo de reflexões e de críticas acerca do processo, como indicam publicações recentes no país e os artigos desse dossiê.

A experiência da pós-graduação e de sua avaliação, como diria Thompson (1978, p. 200-201; grifo no original), chegou “sem bater à porta” e deu origem a “uma *experiência* transformada”, uma experiência “*determinante*, no sentido de que exerce pressões sobre a consciência social existente, propõe novas questões e oferece grande parte do material com que lidam os exercícios intelectuais mais elaborados.” O dossiê foi pensado nessas circunstâncias e com o intuito de contribuir para a discussão e aprofundamento do tema da pós-graduação e da pesquisa na área de Educação no país.

Do dossiê constam seis artigos: em primeiro lugar, o de José Silvério Baia Horta, **Avaliação da Pós-graduação: com a palavra os Coordenadores de Programas**, no qual o autor recorre, como fonte primária, às críticas e sugestões encaminhadas à CAPES pelos coordenadores de Programas de Pós-graduação, de todas as áreas, no Coleta/CAPES de 2004. As críticas foram agrupadas em cinco blocos, quais sejam: caráter homogeneizador do modelo, quantitativismo e produtivismo, ausência – e propostas de introdução – de indicadores do alcance social das atividades dos Programas, inserção internacional e conseqüências da avaliação. Em cada um dos blocos as críticas e sugestões foram exemplificadas e confrontadas com estudos já existentes sobre o tema e com documentos oficiais da CAPES.

Em segundo lugar, o dossiê apresenta o artigo de Valdemar Sguissardi, **A avaliação defensiva no “modelo CAPES de avaliação” - É possível conciliar avaliação educativa com processos de regulação e controle do Estado?**, no qual o autor procura responder a algumas questões acerca do “Modelo CAPES de Avaliação”, tais como: trata-se de avaliação em sentido estrito ou de ações e procedimentos de regulação, controle e *acreditação*, próprios de um órgão financiador da pós-graduação garantidor da validade legal de títulos e diplomas? Como este modelo de regulação e controle contribui para que a universidade se torne uma instituição cada vez mais neoprofissional, heterônoma e competitiva? Quais as conseqüências para a educação superior de um “modelo” que privilegia a formação do pesquisador, via mensuração e avaliação bastante quantitativista da produção científica, em detrimento da formação “integral” do pós-graduando? Que lugar ocupa neste modelo a liberdade de escolha, a auto-avaliação ou a dita avaliação educativa ou diagnóstico-formativa? Como conciliar este tipo de avaliação com avaliação pertinente a processos de regulação e controle estatais?

No terceiro artigo, **A pesquisa e a formação de intelectuais críticos na Pós-graduação em Educação**, Newton Duarte aborda algumas características do intelectual crítico e apresenta um critério para a avaliação do grau de efetivação da formação desse intelectual nas atividades no âmbito da pós-graduação *stricto sensu* em educação. O autor propõe também uma análise crítica das condições nas quais ocorre a formação da intelectualidade da educação brasileira nestes tempos de desvalorização

do conhecimento. Por fim, o artigo problematiza o processo de reprodução da estrutura da vida cotidiana alienada nas atividades das instituições educacionais, incluída a universidade e os programas de pós-graduação em educação.

Ana Waleska Pollo Campos Mendonça e Fernando Gouvêa mergulham na história e nos oferecem o texto **A contribuição de Anísio Teixeira para a institucionalização da Pós-graduação no Brasil: um percurso com os boletins da CAPES**, no qual examinam a contribuição de Anísio Teixeira no processo de institucionalização da Pós-graduação no Brasil, mediante a análise da sua atuação como Secretário Geral da CAPES, durante os anos de 1951 a 1964. Os autores privilegiam uma fonte documental, o *Boletim Informativo da CAPES*, que percebem como uma estratégia de intervenção institucional na configuração de um sistema de estudos pós-graduados, que se pretendeu organizar como uma *rede*, baseada na CAPES, nos seus anos iniciais.

O quinto artigo, de Regina Célia Linhares Hostins, **Os Planos Nacionais de Pós-graduação (PNPG) e suas repercussões na Pós-graduação brasileira**, busca evidenciar as condições históricas que vêm definindo as coordenadas materiais da produção do conhecimento e da formação do pesquisador no Brasil. A autora toma como referência os Planos Nacionais de Pós-Graduação, instituídos a partir dos anos de 1970, evidenciando: as determinações objetivas, os sujeitos e as agências intervenientes na implantação e no desenvolvimento deste nível de ensino; as estratégias adotadas para empreender a política de regulação da pesquisa científica e tecnológica brasileira; os contornos que assume esse projeto institucional de Pesquisa e Pós-Graduação em face da redefinição das estruturas econômicas que regulam a produção e circulação do conhecimento em âmbito global, especialmente no contexto da mercantilização do conhecimento.

O tema **CNPq: política de fomento à pesquisa nos governos Fernando Henrique Cardoso (FHC)** é abordado, a seguir, por Adriano de Oliveira e Lucídio Bianchetti. O artigo é resultado de uma investigação que analisou as políticas de fomento à pesquisa e de contribuição à formação de pesquisadores no Brasil no decorrer do período dos governos Fernando Henrique Cardoso (1995-2002). Os autores recorreram à análise documental de leis, relatórios, atas, revistas, jornais e documentos de política científica

e privilegiaram a apresentação e análise dos dados que apontam as prioridades em termos de formação de pesquisadores e de fomento do CNPq. Em relação à política de formação de pesquisadores, destacam as medidas que provocaram o aligeiramento do processo de formação de mestres e doutores e a opção prioritária pela iniciação científica e pelo doutorado em detrimento do mestrado. Além disso, chamam a atenção para o processo de indução à formação de pesquisadores e de fomento em áreas consideradas estratégicas para o desenvolvimento do país e o contingenciamento de recursos como problemas a serem enfrentados pelos pesquisadores brasileiros. Concluem afirmando que, pelos dados dos dois primeiros anos do governo Lula da Silva, não se percebeu um redirecionamento dessas políticas.

Além do dossiê, este número da *Perspectiva* apresenta três artigos provenientes de uma mesa redonda apresentada no VII Colóquio de Estudos Curriculares e III Colóquio Luso-Brasileiro de Estudos Curriculares, Universidade do Minho, Braga, Portugal (entre 9 e 11 de fevereiro de 2006) sobre o tema **Globalização e ensino superior: a discussão de Bolonha**. O texto de Maria Célia Marcondes de Moraes, **O processo de Bolonha vis a vis a globalização de um modelo de ensino superior**, traça as tendências do projeto de universidade global, com as quais se afinam as propostas de Bolonha e, no contexto da avaliação da pós-graduação brasileira, indica dois aspectos relevantes nesse debate, o novo modelo de avaliação e seus impactos na pesquisa e na pós-graduação. O de José Carlos Morgado, **Globalização e (re)organização do ensino superior: perplexidades e desafios**, pretende contribuir para o debate que se desenvolve em torno das mudanças curriculares que se “desenham” para o ensino superior contemporâneo. Partindo das alterações no(s) modo(s) de relacionamento entre Universidade, Estado e Sociedade, reflete sobre a função consignada à universidade, em particular aos professores, num contexto marcado por uma intensa globalização e no qual critérios de índole econômica tendem a sobrepor-se a preceitos de teor cultural e científico. Finalmente, o artigo de José Brites Ferreira, **Globalização e ensino superior: a discussão de Bolonha**, centra-se em três pontos. Em primeiro lugar, expõe algumas notas relativas a mudanças, a pressões e a desafios com que hoje se confronta o ensino superior. Em segundo lugar, discute o processo de reconfiguração do ensino superior na Europa

com a criação do Espaço Europeu de Ensino Superior (EEES). Finalmente, analisa os desafios curriculares que a construção deste espaço coloca e a lógica curricular que a eles preside.

Também nesse número, a *Perspectiva* apresenta quatro outros artigos, na seção dedicada à demanda contínua. José Augusto Pacheco, em **Uma perspectiva actual sobre a investigação em Estudos Curriculares**, propõe-se a lançar um olhar crítico sobre a investigação em Estudos Curriculares realizada em Portugal nos últimos 15 anos, questionando a noção de Desenvolvimento Curricular/Estudos Curriculares e contextualizando a investigação em educação no seio das Ciências Sociais, incluindo os diversos ciclos da sua legitimação. O autor conclui que a investigação curricular é fortemente influenciada pelo ciclo político e que as mais trabalhadas são as questões ligadas à organização curricular, à formação de professores, à reforma e à avaliação.

Por sua vez Elisa Lucarelli nos apresenta seu **Análisis de prácticas y formación: tres experiencias con docentes en universidades argentinas**. Em seu artigo a autora aborda a problemática da formação de docentes universitários com base em processos reflexivos em torno de suas práticas, enfatizando a peculiaridade que caracteriza este profissional, e em função do relato de três casos de programas desenvolvidos em instituições públicas argentinas. O artigo indica que a análise dos processos que ocorrem no interior das aulas universitárias revela um micro espaço de articulação entre o subjetivo e o social como lugar privilegiado de onde se manifestam as tendências das instituições quanto as suas possibilidades de mudança, sendo que o ensino revela tal dinamismo institucional e as tensões que se geram em torno do poder.

Acácia Zeneida Kuenzer e Gabriel Grabowski escreveram **Educação profissional: desafios para a construção de um projeto para os que vivem do trabalho**, no qual se propõem a contribuir para o debate acerca das estratégias de organização e gestão da educação profissional. Tomando por base a Lei 9394, de 1996, eles afirmam que a educação profissional desenvolvida mediante ações intencionais e sistematizadas sobre uma sólida base de educação geral, científico-tecnológica e sócio-histórica, por concepção e por norma, é parte integrante e indissociável da Educação Nacional. Ou seja, sua organização e gestão estratégica não admitem paralelismos ou externalidade; os autores contrapõem-se, assim, à proposta

de criação de uma Lei Orgânica que confira, por meio de uma organização e de um marco regulador próprio, autonomia à educação profissional em relação ao Sistema Nacional de Educação.

Em **A criação do Museu das Crianças de Santa Catarina: uma experiência em andamento**, Vera Lúcia Chacon Valença busca apresentar o histórico, a evolução, o projeto e a fase atual do Museu da Criança de Santa Catarina. De acordo com a autora, o projeto do museu foi inspirado no *Children's Museum of Manhattan*, no *Brooklyn Children's Museum*, na *Cité des Enfants de Paris*, no Museu da Criança de Lisboa e nas atividades pedagógicas desenvolvidas com crianças nos museus do Louvre, George Pompidou e Orsay, de Paris. O Museu, idealizado para atender crianças de três a 14 anos, terá caráter interativo e, por missão, enfatizar a participação das crianças nas culturas dos seus antepassados, abrindo as portas para as demais e conjugando-as com as expressões culturais da atualidade. Nesse contexto, projeta-se a criação da Rede do Imaginário Infantil, a ser estabelecida entre crianças dos municípios, estados e países, e o estímulo da criatividade e da produção cultural, estética, inclusive, por meio de recursos tradicionais e das novas tecnologias. Ademais, o Museu estuda parceria com o *Sapiens Parque* e com a prefeitura de Pomerode, onde se prevê a instalação do protótipo do Museu da Criança de Santa Catarina.

Na seção Debate, a *Perspectiva* oferece os argumentos de Roberto Follari em, **La retirada de los intelectuales**, acerca do processo de mercantilização que hoje afeta a ciência, como indica a pretensão da Organização Mundial do Comércio (OMC) de excluí-la da regulação dos Estados nacionais. De acordo com o autor, tal situação se expressa no contexto da acentuada desimportância da ciência e da filosofia em sociedades ditas pós-modernas que rechaçam todo tipo de fundamentação, ao mesmo tempo em que transformam os jornalistas nos novos líderes da opinião. Acrescente-se a isso os níveis de abstração que o mundo financeiro estabelece na economia, que conduz a uma forte desmaterialização do plano intelectual e da crítica.

Finalmente, na última seção, Olinda Evangelista entrevista José Alberto Correia, da Universidade do Porto, em Portugal, **Professor: como recriar uma profissão da utopia?** que apresenta suas concepções acerca do modelo de docência implementado particularmente na última década e como se projeta o novo modelo

de professor para os anos futuros, para o que é preciso compreender as transformações que se têm produzido na gestão política e simbólica da profissão.

Com mais este número da *Perspectiva* esperamos contribuir com o debate sobre os 40 anos da pós-graduação em educação no Brasil, bem como com outras questões relevantes a respeito da formação e da atuação dos professores na pesquisa e nos diversos níveis de ensino.

Referências

MORAES, M. C. M. Avaliação na pós-graduação brasileira: novos paradigmas, antigas controvérsias. In: BIANCHETTI, L.; MACHADO, A. M. (Org.). *A bússola do escrever: desafios e estratégias na orientação e escrita de teses e dissertações*. 2. ed. São Paulo: Cortez; Florianópolis: Editora da UFSC, 2006.

THOMPSON, E. P. *The poverty of theory and other essays*. London: Merlin, 1978.

Florianópolis, outono 2006
Maria Célia Marcondes de Moraes
Lucídio Bianchetti